

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ORIENTAÇÃO CONJUNTA PGJ/CAOCRIM/CRECRIM/CPJCRIM

LEI HENRY BOREL (LEI Nº 14344/22) – INTRODUÇÃO DO §1º AO ARTIGO 226 DO ECA – NÃO APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.099/95 AOS CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA E, SUBSIDIARIAMENTE, DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, OU, NA SUA AUSÊNCIA, DA VARA CRIMINAL RESIDUAL.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em conjunto com O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS E DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, a COORDENADORIA DE PROCURADORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS EM RECURSOS CRIMINAIS e a COORDENADORIA DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS, prestam as seguintes orientações, sem caráter vinculativo, acerca da nova **Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel)**, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente:

Desde o ano de 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), existe no Brasil a previsão de tratamento diferenciado para a violência no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, em face do gênero, havendo, portanto, uma lacuna de proteção a outros hipossuficientes, em especial as crianças e os adolescentes.

Com a edição da Lei nº 14.344/22, procurou o legislador, nitidamente inspirado na Lei Maria da Penha, instituir regras específicas de proteção a crianças e adolescentes.

Infelizmente, o Caso Henry Borel¹, cuja vítima, uma criança de quatro anos, sofreu espancamento e, posteriormente, foi morto no apartamento em que morava com a mãe e o padrasto no Rio de Janeiro em 2021, gerou grande comoção nacional. Após, a Lei nº 14.344/22 foi aprovada e no artigo 27 restou instituído o dia 3 de maio de cada ano como Dia Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente, em homenagem ao menino Henry Borel.

Dentre as diversas previsões da referida norma, em especial cumpre registrar a inovação legislativa a ser inserida em outro importante instrumento de proteção:

“Art. 29. Os arts. 18-B, 70-A, 70-B, 136, 201 e 226 da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

“Art. 226.

[§ 1º](#) Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a [Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#).

§ 2º Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.” (NR)”

Portanto, a Lei nº 14.344/22 conferiu nova redação ao artigo 226 do ECA, inserindo 2 (dois) parágrafos. Ocorre que o *caput* do artigo 226 do ECA assim prevê:

“Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.”

A redação do *caput* acima transcrito define a abrangência de aplicação do artigo de forma restrita aos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, fato que interfere diretamente na interpretação do seu parágrafo § 1º, recentemente acrescentado para aduzir a não aplicação da Lei nº 9.099/95 aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, ocasionando dúbias interpretações sobre o posicionamento pretendido pelo legislador.

Em que pese preliminar apreciação para o direcionamento de que a impossibilidade de aplicação da Lei nº 9.099/95 seria restrita aos crimes previstos no ECA, especialmente pela inserção topográfica do dispositivo acrescentado

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Henry_Borel



no ano de 2022, houve mudança de entendimento após deliberação unânime dos Procuradores de Justiça Criminais deste *Parquet*, conforme Ata nº 001/2023, realizada em 1º de março de 2023, revogando a anterior.

A Lei nº 14.344/2022 surge como uma reação legislativa ao clamor social ocasionado pelo crime ocorrido, assim, depreende-se que a norma deve ser interpretada de forma a alcançar o fim para o qual foi criada, garantir maior eficácia na proteção das crianças e adolescentes, afastando a aplicação da Lei nº 9.099/95 e suas benesses em todos os casos de infrações penais cujas vítimas sejam crianças e adolescentes.

Além da norma supracitada, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de diversos mandamentos que coadunam com princípio da proteção integral da criança e do adolescente, desde previsões na Constituição Federal, como nos artigos 226 e 227², até a criação de lei³ instituindo sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, notadamente pela vulnerabilidade presumida desta parcela da população.

Acerca da Lei 13.341/17, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento conjunto do HC n. 728.173/RJ e do EARESP n. 2.099.532/RJ, uniformizou a interpretação a ser conferida ao art. 23 da referida lei, fixando a tese de que, após o advento desta norma, "nas comarcas em que não houver vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente, compete à vara especializada em violência doméstica, onde houver, processar e julgar os casos envolvendo estupro de vulnerável cometido pelo pai (bem como pelo padrasto, companheiro, namorado ou similar) contra a filha (ou criança ou adolescente) no ambiente doméstico ou familiar", tendo em conta as particularidades de ambas as temáticas, as quais requerem tratamento diferenciado dos demais crimes.

Desse modo, no caso em comento há de se utilizar a hermenêutica jurídica de forma sistemática, para considerar o significado da norma mais coerente com o conjunto do ordenamento, bem como a interpretação sociológica, que tem como objetivo pragmático "*conferir a aplicabilidade das normas às relações sociais que lhe deram origem*", conforme leciona João Baptista Herkenhoff⁴.

Nesse sentido concluem as doutrinadoras Alice Bianchini, Mariana Bazzo, Silvia Chakian e Tarcila Santos Teixeira⁵:

"Assim, entendemos, que a melhor interpretação é no sentido de afastar a aplicação da Lei 9.099/95 a todos os crimes que envolvem criança ou adolescente, de acordo com a determinação trazida pela Lei 14.344/2022. Fosse diferente, o legislador teria constado a expressão "aos crimes definidos nesta lei", a exemplo do caput. Se não o fez foi exatamente porque pretendeu dar maior dimensão à vedação, para alcançar qualquer crime contra crianças e adolescentes [...] assim, qualquer crime contra criança e adolescente, seja pela sua gravidade se considerada a violação aos direitos humanos, seja por ferir o mandamento constitucional e doutrina estatutária da proteção integral, não admite a concessão das benesses da Lei 9.099/95."

Por todo o exposto, ORIENTA-SE no sentido da **impossibilidade de aplicação da Lei nº 9.099/95 a quaisquer infrações penais praticadas contra crianças e adolescentes, afastando, assim, a competência dos Juizados Especiais Criminais para apuração desses casos e, por consequência, reconhecendo a competência da vara especializada onde existente e, de forma subsidiária, a de Violência Doméstica, se não houver varas especializadas nas Comarcas, a competência será das varas criminais residuais, notadamente em face da introdução do §1º ao art. 226 do ECA, por meio da Lei nº 14.344/2022, comumente denominada Lei Henry Borel.**

Campo Grande, 09 de março de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

² Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

³ Lei nº 13.341, de 4 de abril de 2017- Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

⁴ HEKENHOLFF, João Batista. Como aplicar o Direito. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 1986.

⁵ Bianchini, Alice. et al. Crimes contra crianças e adolescentes. 1ª ed: Juspodivm, 2022.



HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça e Coordenador do CAOCRIM

ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA
Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Criminais

GERARDO ERIBERTO DE MORAIS
Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais

PORTARIA Nº 1751/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de antiguidade, o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a Promotoria de Justiça de Batayporã, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001934-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1752/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de merecimento, o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001938-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1753/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de antiguidade, o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Guilherme Pereira Diniz Penna, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 2ª Promotoria de Justiça de Costa Rica, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001939-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1754/2023-PGJ, DE 12.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de merecimento, o 1º Promotor de Justiça de Coxim, Marcos André Sant'Ana Cardoso, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 2ª Promotoria de Justiça de Coxim, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001955-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1755/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de antiguidade, o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 1ª Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001957-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1756/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de merecimento, o 2º Promotor de Justiça de Naviraí, Daniel Pivaro Stadniky, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 1ª Promotoria de Justiça de Maracaju, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001965-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1757/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de antiguidade, o 2º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Leonardo de Faria, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 2ª Promotoria de Justiça de Maracaju, de igual entrância (PGA nº 09.2023.00001966-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1758/2023-PGJ, DE 12.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Ludmila de Paula Castro Silva e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Assessores Especiais do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, integrarem a comissão organizacional responsável pela adoção das providências necessárias para a realização de concurso para o cargo de Técnico I do Ministério Público, símbolo MPTE-201.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1731/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria n° 5779/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão das Procuradorias de Justiça referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
17 (19h01min) a 24.4.2023 (11h59min)	Sergio Luiz Morelli
8 (19h01min) a 15.5.2023 (11h59min)	Irma Vieira de Santana e Anzoategui

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
17 (19h01min) a 24.4.2023 (11h59min)	Irma Vieira de Santana e Anzoategui
8 (19h01min) a 15.5.2023 (11h59min)	Sergio Luiz Morelli

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1734/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia no período de 24.4 a 18.5.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1735/2023-PGJ, DE 12.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Zona Eleitoral no período de 24.4 a 18.5.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1736/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1628/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 3.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002952-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1737/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 27ª Zona Eleitoral no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1738/2023-PGJ, DE 12.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Angélica no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1739/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Camapuã no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1740/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 14ª Zona Eleitoral no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1742/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 17 a 20.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1627/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch, que seriam usufruídos no período de 20.3 a 18.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002969-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1743/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo Criminal no dia 20.4.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1744/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 18 e 19.4.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1745/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 17 a 19.4.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1623/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 6 (seis) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, que seriam usufruídos no período de 20 a 25.3.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002514-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1747/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1748/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1741/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 15/2010, de 27 de junho de 2010, e no artigo 27 da Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2023,

R E S O L V E :

Atualizar o valor pago aos estagiários e residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a título de ressarcimento pelo transporte, para R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) por dia útil de trabalho, a partir de 1º de março de 2023, conforme a Portaria nº 14, de 27.2.2023, da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos (Agereg), publicada no Diário Oficial de Campo Grande (Diogrande) nº 6.958, de 28.2.2023, que majorou a tarifa do sistema municipal de transporte coletivo, conforme hipóteses e critérios de pagamento definidos nas Resoluções nº 15/2010-PGJ e nº 53/2022-PGJ (PGA nº 09.2023.00003054-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1759/2023-PGJ, DE 12.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto nos §§ 1º e 3º do artigo 2º da Resolução nº 14/2013-PGJ, de 7 de outubro de 2013,

R E S O L V E:

O valor previsto na Portaria nº 2091/2022-PGJ, de 5.5.2022, fica corrigido em vinte e oito por cento, com efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-395/2023 - PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Alexandre Estuqui Junior 2 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 29 a 30.3.2023, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1618/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, que seriam usufruídos no período de 3 a 17.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002571-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-396/2023/PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Cintra Franco, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	10	11 a 20.4.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1607/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, que seriam usufruídos no período de 10 a 29.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002483-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-397/2023 - PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Procurador(a) de Justiça Humberto de Matos Brittes 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 16.4.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1616/2023-PGJ, DE 4.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que seriam usufruídos no período de 2 a 31.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002951-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1732/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1523/2023-PGJ, de 3.4.2023, de forma que, onde consta: “Contrato nº 36/PGJ/2023”, passe a constar: “Contrato nº 37/PGJ/2023” (PGA nº 09.2023.00002411-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1733/2023-PGJ, DE 12.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1671/2023-PGJ, de 10.4.2023, de forma que, onde consta: “Contrato nº 36/PGJ/2023”, passe a constar: “Contrato nº 39/PGJ/2023” (PGA nº 09.2023.00002814-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1750/2023-PGJ, DE 12.4.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Incluir o Desembargador Alexandre Lima Raslan, representante do Poder Judiciário/MS, na Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1713/2023-PGJ, DE 10.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Elaboração e Gestão de Projetos no período de 10 a 19.4.2023, em razão de afastamento do titular, Daniel Fernando Tiburcio.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1727/2023-PGJ, DE 11.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Leticia Fernanda de Souza Fernandes, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Jardim, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 10 a 19.4.2023, em razão de afastamento do servidor Alexssandro Crivelli Silva, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1728/2023-PGJ, DE 11.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Everaldo Almeida dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos períodos de 10 a 14.4.2023 e de 17.4 a 5.5.2023, em razão de afastamento da servidora Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1729/2023-PGJ, DE 11.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 27.3.2023, a Portaria nº 5560/2022-PGJ, de 10.11.2022, que designou o servidor Willian Natan Vanderlei Passarini, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Bandeirantes, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-386/2023/PJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Josiane Sanches de Mamann Zillo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.7.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-387/2023/PJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1100/2022-PGJ, de 19.9.2022, que concedeu férias ao servidor Aires Alves Machado Junior, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 12 a 21.6.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.6.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-388/2023/PGJ, DE 12.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Samantha Emanuella Fagundes Bussada, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 22.5 a 20.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-389/2023/PGJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Caique de Moura Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.9.2023 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.6.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-390/2023/PGJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1441/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 21 a 30.6.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-391/2023/PGJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Vagner Andre Parizotto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.9.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-392/2023/PGJ, DE 12.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Claudia Regina Mendonca Evangelista, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.6.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.6 a 5.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-393/2023/PGJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jonathan Bruno Dos Santos Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.5.2023 e de 6 a 15.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-394/2023/PGJ, DE 12.4.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-12/2023-PGJ, de 10.1.2023, que concedeu férias à servidora Tania Pedro Queiroz Matheus, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 12 a 21.6.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 29.5 a 7.6.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 8ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 24 DE ABRIL DE 2023.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000452-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010943-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000639-4.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004139-5.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010973-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009240-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012120-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003308-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011234-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000352-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000274-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011434-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005680-0.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008591-7.

6. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002137-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002683-1.

7. GAEDS – Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004207-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004812-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002545-8.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002569-0.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000473-4.

10. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007896-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003590-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001387-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002106-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001510-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006945-7.



- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006951-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006954-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009719-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009765-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010135-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010333-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010791-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011182-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011563-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012261-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000555-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009072-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009120-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011180-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002611-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009718-0.

11. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002810-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003103-5.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003373-2.

13. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003675-9.

14. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004621-2.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010615-1.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. Conselheiro O ANTONIO SIUFI NETO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003316-6:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003545-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001696-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003232-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003442-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001487-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001589-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001598-9.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001785-4.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000715-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001408-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001418-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001424-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000058-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000179-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000180-4.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000199-2.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001502-0.

1.2.2. Conselheiro O EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003312-2:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001100-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000489-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001796-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003276-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000891-1.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001315-8.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001316-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001464-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000893-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001549-0.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001804-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:



Inquérito Civil nº 06.2021.00000449-6.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001344-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000078-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000086-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001245-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001334-4.

1.2.3. Conselheira ARIADNE DE FÁTIMA DE CANTÚ DA SILVA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001819-9:

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.00000147-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001562-3.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.00001585-5.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002307-4.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001965-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000827-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001768-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001952-6.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000012-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001543-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001551-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001779-8.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001787-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000640-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000661-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000903-6.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000905-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000934-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001440-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001363-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001381-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000004-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000051-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001405-0.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000127-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000201-4.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000965-1.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000970-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000972-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001082-5.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001104-6.

1.2.4. ConselheirA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003318-8:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003495-0.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002164-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001782-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003113-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003385-0.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000616-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001541-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001728-7.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001805-3.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000020-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000735-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000784-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001227-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001319-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001487-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000088-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000146-0.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000172-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000190-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001244-5.

1.2.5. Conselheira MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003311-1:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002333-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000087-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000772-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002417-0.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003527-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001177-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000026-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001584-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001588-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000015-2.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001887-5.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000008-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001291-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000087-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000173-7.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000915-4 – SIGILOS**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001260-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Manoel Romão

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 72 e 74 da Quadra 76, e dos Lotes 64,65 e 67 da Quadra 80, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000049-6 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000654-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: L.R. Agropecuária Ltda e Luciano Dantas Bellodi

Assunto: Apurar o déficit de aproximadamente 386,85 hectares em Reserva Legal, ausência de 21,97 em APPs, na Fazenda Santa Helena do Pindó em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 029/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupai).

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000822-6 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001510-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cleilson Ricarte Pereira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de árvores no interior da reserva legal da Fazenda Bom Jesus de Nazaré (parte), em Rio Verde de Mato Grosso-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Auto de Infração nº 6221/IMASUL.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000322-4

1ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias da venda do imóvel localizado na Rua General Mendes de Moraes, nº 93, Coxim/MS.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFINETO:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000299-5 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça Criminal Residual da comarca de Três Lagoas

Advogado: João Pedro dos Santos Seade – OAB/MS nº 23.274.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000473-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Assunto: Apurar a falta de repasses das contribuições previdenciárias devidas pela Prefeitura Municipal de Jardim ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jardim/MS – IPJ e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001162-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Geraldo Kosinski

Assunto: Apurar desmatamento de 1,35 em área de Reserva Legal proposta e Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Pontal do Boiadeiro em Chapadão do Sul, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa DNA Ambiental. Parecer n. 352/20/NUGEO.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000061-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Helena Jorge Salomão Nery e Jefferson Jorge Salomão

Assunto: Apurar desmatamento de 17,03 hectares em área de Reserva Legal proposta na Fazenda São Felício II, em Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 329/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2021).

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000143-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Saturnino Silvério Pereira

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Cascalho do Puricicaba, em Paraíso das Águas/MS, consistente na supressão de 1,65 hectares de remanescente de vegetação nativa em área de Reserva Legal proposta, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 134/21/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2021) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 82/2021/2º GPMA/Costa Rica-MS.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00007037-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Recorrente: Thiago Angelo Santo Pietro



Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Requerimento formulado pelo Requerente de remessa de cópia de decisão não constante dos autos da Notícia de Fato em referência, para conhecimento por se tratar de consulta pública.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000238-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001495-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Walfrido Rodrigues.

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca do recebimento de 100 (cem) dúzias de lascas de aroeiras equivalentes à 20,69 metros cúbicos de madeiras transportada com Documento de Origem Florestal (DOF) nº 17151551 1775186 falso, conforme levantamento do Núcleo de Inteligência do IBAMA/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001109-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Assunto: Apuração das condições de segurança do torcedor no Estádio "Jacques da Luz" - "Moreninha", localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual seria utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série B - Edição 2022.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002387-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: CAOMA

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em lote urbano situado no Distrito de "Fala Verdade", no Município de Corguinho, pertencente a Zeferino Centurion.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000307-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Glória de Dourados, FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura

Assunto: Apurar eventual ilegalidade do Edital nº 001/2021, atinente ao indeferimento das inscrições de determinados candidatos sem base legal e/ou sem previsão no Edital.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001516-7

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar adequação das ambulâncias quanto aos requisitos mínimos para o transporte de enfermos e irregularidades no Hospital e Maternidade Municipal.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000060-5 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002181-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de empresa pelo Município de Bodoquena, em meados de 2016.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002942-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na área de reserva legal do assentamento Santa Renata, em Tacuru/MS, e viabilizar sua integral recuperação.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000884-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar os fatos noticiados pelo Sitpremi, acerca de supostas irregularidades, em tese, praticadas pelo Executivo Municipal de Miranda.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001264-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Walter Uzan

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 38, 64, 66 e 68 da Quadra 76 e o Lote 63, da Quadra 80, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa dos referidos imóveis rurais.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001712-1 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000034-1 – SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Advogados: Jean Carlos Soares de Medeiros – OAB/MS nº 25.656 e Marcio Rômulo dos Santos Saldanha – OAB/MS nº 12.046.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001090-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ita Terra (CNPJ: 12.821.320/0001-91)

Assunto: Apurar conduta irregular praticada pela empresa Ita Terra (CNPJ: 12.821.320/0001-1), de propriedade de Itamar Mazina (CPF: 203.956.981-20) durante processo de desmatamento na Fazenda Bonito Parte.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000030-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luzia Ferreira Dias

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda “Fundão”, decorrente de suposta supressão irregular de vegetação nativa, acesso de semoventes em área de preservação permanente, conforme Auto de Infração n. 6.126 e Relatório de Informações Complementares n. 25/2ºPel/3ªCia BPMA/2020.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000105-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Ivo Albrecht e Jorja Alves da Silva Albrecht

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,40 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, na Agropecuária Atalaia, em Paraíso das Águas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 364/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000147-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ricardo Moron

Assunto: Apurar a supressão da área de vegetação nativa de 4,19 hectares sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda São José da Piúva, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 5409/IMASUL.

**12. Inquérito Civil nº 06.2021.00001093-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Erminio Vendruscolo

Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade denominada “Fazenda Cristo Rei”, localizada nesta cidade de Mundo Novo, em virtude de constatação de queimada de 2.345 m² em vegetação nativa, decorrente de incêndio, conforme se infere do Auto de Infração nº 1756, lavrado em 26/11/2019, Parecer nº 228/20/NUGEO, Relatório de Fiscalização Ambiental nº 006/3ºGPMA/2021, Ocorrência Policial nº 297/2021.

13. Inquérito Civil nº 06.2021.00001459-4 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00000526-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto pagamento indevido realizado pelo município de Cassilândia à empresa Impulcetto & Impulcetto Elétrico LTDA, contratada por meio do Processo Administrativo n. 019/20, Tomada de Preço n. 01/20, conforme parecer jurídico n. 0264/2021.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00000971-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Bodoquena Aventura Ltda.

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do empreendimento Bodoquena Aventura Ltda, localizado no município de Bodoquena, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização de acordo com as normas ambientais vigentes.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000877-4 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bataguassu

2. Inquérito Civil de nº 06.2018.00001721-7 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

3. Inquérito Civil de nº 06.2021.00000257-6

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar o aumento do número de recém-nascidos prematuros no Município de Campo Grande/MS, em razão da possível deficiência de atendimento prestado às gestantes pela Rede Municipal de Saúde.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001224-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Amer Farhat

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na Fazenda Damasco, localizada no município de Nova Andradina/MS, CARMS 0015690, em decorrência da supressão de vegetação nativa sem a devida autorização legal por órgão ambiental competente.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000194-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriano Florêncio Nunes

Assunto: Apurar a supressão de 5,0 hectares de vegetação nativa, no Assentamento Fama Lote 57 e 58, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 325/21/NUGEO.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001231-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Barcellos e Filhos LTDA., Camila Freire Barcellos, Eduardo Augusto Barcellos, Magali Freire Barcellos, Mônica Freire Barcellos Harris

Assunto: Laudo Técnico N. 114/22/NUGEO DNA Ambiental (2021): Supressão de 42,94 Hectares de área consolidada (ID 950), no período entre 25/09/2021 e 07/12/2021, no interior do imóvel rural “FAZENDA TALISMÃ, SÃO MANOEL, METRATON, SANTA CLARA E GAVAI (PARTE)” (CARMS0017612), pertencente a Barcellos e Filhos LTDA., Camila Freire Barcellos, Eduardo Augusto Barcellos, Magali Freire Barcellos e Mônica Freire Barcellos Harris, sem licença ou autorização dos órgãos ambientes competentes.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000424-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Carlos de Almeida Roca

Promotor de Justiça: Eduardo de Araújo Portes Guedes

Assunto: Apurar a supressão de 3.600m² em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda 8 Flores, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 340/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000208-7 – SIGILOS**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00007129-0**

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Anônimo

Recorridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. Sanesul e Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar suposta negativa da SANESUL em fazer ligação de água em novos estabelecimentos sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal, de forma imotivada e arbitrária.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000575-9 – SIGILOS

61ª Promotoria de Justiça Criminal Residual da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001764-3

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Apurar as medidas a serem adotadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande com o objetivo de reduzir a demanda reprimida por consultas em cardiologia adulta e cardiologia pediátrica.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000547-0

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar demanda reprimida por consultas e cirurgias na especialidade ginecologia.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000289-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Petyk & Cia Ltda. Petyk Eucalipto Tratado e Marlei Rosane Verdeiro

Assunto: Apurar desmatamento/queimada de 03 (três) hectares em área de pastagem e plantio de eucalipto, na Fazenda Estância das Palmeiras, em Batayporã-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares nº 025/3ºGPMA/2020.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001374-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Nova Treviso Participações Ltda.

Assunto: Apurar o desmatamento irregular de 50,19 hectares na Fazenda Vista Alegre, de propriedade de Nova Treviso Participações Ltda., localizada no município de Aquidauana/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003445-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000308-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001487-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Vanderlei Buzatto

Assunto: Apurar o desmatamento de 6,65 hectares no Sítio Santo Antônio, em Paraíso das Águas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 296/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 72/2ºGPMA/COSTARICA-MS.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000534-4 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001231-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo, urbano e rural, objeto do contrato de concessão nº047/2007, no município de Coxim/MS (IC 015/2013).

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001521-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo Administrativo n. 19/2017 - Pregão Presencial n. 005/2017, onde sagrou-se vencedor o Restaurante HZÃO.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000162-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Cassilândia

Assunto: Apurar a legalidade da contratação dos serviços de limpeza pública (contrato nº 001/2017, contrato nº 002/2017, contrato nº 116/2019 e ata de registro de preço nº 22/2019) pelo Município de Cassilândia/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000238-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001900-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades de utilização de poços artesianos no Município de Coxim/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001319-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Neiva Aparecida dos Reis

Assunto: Apurar suposta realização de obras de engenharia (reforma) em Área de Preservação Permanente às margens do Rio Coxim, sem as devidas licenças ambientais, no pesqueiro de propriedade de Neiva Aparecida dos Reis.

Advogado: Darci Cristiano de Oliveira – OAB/MS nº 7.313.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001049-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Edvar José Deboni e Elair Alberto Deboni

Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 6,15 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 30/03/2016 e 18/07/2016, sem a devida autorização ambiental, na Fazenda das Araras, localizada em Camapuã, de propriedade de Edvar José Deboni, conforme Parecer nº 693/19/Nugeo, Programa DNA Ambiental.

Advogado: Orlando Rodrigues Junior – OAB/MS nº 9.255.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**AVISO Nº 046/2023-SGP****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 28/04/2023, o **XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, objeto do Edital N.º 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP-MS nº 2.570, de 3.12.2021.

Campo Grande, 12 de abril de 2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 057/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00002939-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- JULEAN DECORAÇÕES LTDA., representada por **Ângela Euzébio Fernandes**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 38/PGJ/2021, do Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Cláusula Décima, itens 10.1.2 e 10.2, do Contrato nº 057/PGJ/2022, combinado com os artigos 78, inciso II, e 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 057/PGJ/2022, em decorrência da inexecução parcial do objeto, pela Contratada.

Data de assinatura: 10 de abril de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****EDITAL Nº 06.2023.00000377-2**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000377-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hécio Kamano - ME

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente de operação de atividade de extração de minerais não metálicos em desacordo com a licença ambiental.”

Três Lagoas - MS, 11 de abril de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 08/2023/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a retificação do Edital n.º 18/2019/2ªPJC, referente ao Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2021.00001199-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2021.00001199-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Domingos Malaquias

Onde consta:

Assunto: “Apurar eventual desmatamento de vegetação nativa em área de reserva legal sem autorização ambiental do órgão competente, ocorrido na Fazenda Retiro Cabeceira do Sol e Pontinha do Cocho, localizada em Figueirão (MS), de propriedade de Domingos Malaquias, conforme Ofício n.º 058/2ºGPMA/2ºPEL/3ªCIA/15ºBPMA/2021”.

Passe a constar:

Assunto: “Apurar eventual desmatamento de 11,0 hectares de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Retiro Cabeceira do Sol e Pontinha do Cocho, localizado em Camapuã/MS, de propriedade de Domingos Malaquias”.

Camapuã - MS, 11 de abril de 2023.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

ITAPORÃ

EDITAL N. 03/2023/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000736-4;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Alcides Pereira Cortez; Lurdes Escobar Cortez.

Assunto: “Apurar o desmatamento de 0,49 hectares de vegetação nativa, bem como o corte irregular de árvores nativas em 18,04 hectares, em área já convertida para uso alternativo do solo, ambas integrantes do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Carumbé – Gleba C, também denominada Sítio São Roque, em Itaporã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n.º 357/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Parecer n.º 544/22/CEIPPAM.”

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.



IVINHEMA

RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2023/02PJ/IVH**IC Nº 06.2023.00000073-1**

Requerente: MPE

Requerido:

RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2023/02PJ/IVH

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, apresentado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007⁶:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”⁷;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, caput, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e do art. 81, caput, da Lei Orgânica do Município de Ivinhema, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, sob o aspecto das relações entre particulares, cabe ao Poder Público se atentar ao princípio da livre iniciativa e da livre concorrência, previstos no art. 1º, IV, art. 170, caput, da CF/88, o que lhe franqueia a prerrogativa de interferir no mercado a fim de romper as verticalizações de determinados segmentos do mercado e contornar as falhas de mercado (assimetria de informações, verticalização, externalidades negativas e positivas, etc);

CONSIDERANDO que aparenta ser pouco crível que nesta urbe, possuidora de quase 30 mil habitantes, não haja concorrência, ou melhor, interesse do ingresso de empresas para a disputa do mercado de comercialização de terras e cascalhos, movimentando altas somas financeiras, com pouco risco de desvalorização do mercado;

CONSIDERANDO que a empresa nominada no âmbito deste IC teria apresentado documentação à municipalidade, aguardando a respectiva manifestação desta, motivo pelo qual urge à municipalidade que se dê uma resposta oficial à empresa nominada e aos interessados na exploração deste segmento do mercado, possibilitando uma concorrência mínima, ganhando com isso os particulares e o próprio Poder Público;

CONSIDERANDO, ademais, que, havendo descumprimento das normas ambientais, pode o município, com lastro no Poder de Autotutela, notificar o interessado para se adequar às exigências ambientais, sem prejuízo do exercício do poder de polícia;

CONSIDERANDO que o princípio da livre iniciativa e concorrência devem encontrar harmonia com o princípio da proteção ambiental, o qual é pilar estruturante da ordem econômica, inexistindo, dessa maneira, dicotomia entre tais pontos;

⁶ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

⁷ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. *Ministério Público em ação*. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



CONSIDERANDO que, sob o enfoque da relação entre Poder Público-fornecedor único, a aquisição perene e contínua de terras e cascalhos, ou seja, matérias primárias, em um cenário de mercado em que há apenas um fornecedor, não se mostra razoável, devendo ser buscadas alternativas mais econômicas a médio e longo prazo;

CONSIDERANDO que, ao que consta, demais municípios nas regiões circunvizinhas não realizam a aquisição de terras e cascalhos, realizando alternativas mais econômicas, respeitada, obviamente, a proteção ambiental;

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência é de imposição obrigatória, denotando o compromisso do Poder Público de buscar alternativas mais viáveis, com igual resultado;

CONSIDERANDO, ademais, o princípio da economicidade previsto no art. 70, *caput*, da CF/88;

RECOMENDA ao Exmº Srº Prefeito Municipal de Ivinhema/MS, Juliano de Barros Donato, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para, em até 30 (trinta) dias:

- Quanto aos particulares interessados em explorar a atividade econômica de fornecimento de terras e cascalhos entre particulares, promova a municipalidade a análise de eventuais pedidos e documentos apresentados e que estejam pendentes pela empresa nominada e por demais empresas que tenham o intuito de exploração econômica nesta urbe, sem prejuízo de exigir a documentação ambiental pertinente.

- Ainda, no caso de a empresa privada não possuir os documentos obrigatórios e pertinentes, inclusive, os ambientais, que a municipalidade dê ciência formal a empresa interessada a fim de que aquela possa suprir a irregularidade ou omissão em um prazo razoável, porém, antes do início da exploração econômica da atividade.

- Sem prejuízo, quanto à relação Poder Público-fornecedor, realize a municipalidade um estudo de alternativas mais econômicas para atender a demanda municipal por terras e cascalhos no seu interesse público, passando a implementar uma política pública mais econômica e ambientalmente eficiente para o atendimento de sua demanda interna que não seja a mera aquisição por si só de outra empresa.

- Utilize a municipalidade as terras e eventuais cascalhos de propriedade do próprio ente público municipal, seja previamente desapropriando ou não, desde que obtida anteriormente a autorização do órgão ambiental competente, para fins de atendimento das obras e necessidades da municipalidade, evitando a aquisição dos bens nominados em razão de ausência de qualquer singularidade ou raridade que justifique tal medida.

- Informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo fornecido se vai cumprir a recomendação e, em sendo afirmativa a resposta, discriminar, dentro do prazo, todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos;

- O descumprimento, total ou parcial, desta recomendação ensejará o ajuizamento da ação cabível para a anulação do ato ilegal, sem prejuízo de eventual ação civil pública.

Ao técnico para: a) notificar o Exmº Srº Prefeito Municipal, bem como a Câmara Municipal de Ivinhema; b) Providenciar a publicação para a devida publicidade deste ato; c) decorrido o prazo, com ou sem resposta, certificar e retornar concluso o presente inquérito civil

Ivinhema/MS, 06 de abril de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça



JARDIM

EDITAL Nº 0007/2023/02PJ/JIM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000335-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na realização do Termo de Contribuição nº 13/2022 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jardim e a Federação de Laço do MS.

Jardim, 05 de abril de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 0009/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00003628-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Asilo Santo Agostinho

Assunto: Acompanhar inspeções na entidade de longa permanência de idosos Asilo Santo Agostinho.

Paranaíba - MS, 03 de abril de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0007/2023/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000366-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000366-1

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente da ausência de estruturação física e de materiais na Escola Municipal Archangela Mourão, extensão "Postinho", Zona Rural, deste Município.

Pedro Gomes/MS, 11 de abril de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça



RIO NEGRO

RECOMENDAÇÃO 0001/2023/PJ/RNG**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000349-4**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Rio Negro, representada pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, da Constituição Federal; artigos 25 a 27, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93); artigos 26 a 29, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 72/1994); e artigo 44, da Resolução PGJ nº 015/2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, *caput* e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Rio Negro instaurou o Inquérito Civil nº 06.2023.00000349-4 com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na construção de um novo Cemitério Municipal em Rochedo, especialmente relacionadas a questões ambientais e sanitárias;

CONSIDERANDO que, diante de seu caráter impactante, a atividade de cemitério necessita, obrigatoriamente, ser submetida a procedimento de licenciamento ambiental, oportunidade em que serão estabelecidos parâmetros e condicionantes para o seu regular funcionamento e exercício;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, a licença ambiental é um ato administrativo emanado pelo poder público competente que concede, através de um devido procedimento, o aval a quem pretende exercer uma atividade potencialmente nociva ao meio ambiente, conforme previsão no artigo 10 da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e deverá ser observado pelos empreendedores de atividades potencialmente lesivas, *in verbis*:

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de usar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

CONSIDERANDO que se trata de uma marcha administrativa pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação e empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetivas ou potencialmente poluidores ou aqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (art. 1º, inciso I, da Resolução CONAMA n. 237/97);

CONSIDERANDO que, devidamente instaurado, o procedimento supra terá por objetivo a expedição das três espécies de licenças ambientais: licenças prévia, de instalação e de operação: a primeira aprova o planejamento do empreendedor, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implantação; a segunda, autoriza a construção e instalação com observância do planejamento analisado na fase anterior do empreendimento; e a terceira é concedida após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores (licença de operação);

CONSIDERANDO que, no que tange à instalação e funcionamento de cemitérios, foi editada a Resolução CONAMA n.º 335, de 3 de abril de 2003, impondo a observância de procedimento de licenciamento ambiental aos responsáveis por esses empreendimentos;



CONSIDERANDO que o art. 3º do referido ato normativo exige que os cemitérios horizontais deverão ser submetidos ao procedimento de licenciamento ambiental, nos moldes disposto no art. 3º da Resolução, devendo constar na fase de Licença Prévia, os seguintes documentos: I- caracterização da área na qual será implantado o empreendimento, compreendendo: a) localização tecnicamente identificada no município, com indicação de acessos, sistema viário, ocupação e benfeitorias no seu entorno; b) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, compreendendo o mapeamento de restrições contidas na legislação ambiental, incluindo o mapeamento e a caracterização da cobertura vegetal; c) estudo demonstrando o nível máximo do aquífero freático (lençol freático), ao final da estação de maior precipitação pluviométrica; e d) sondagem mecânica para caracterização do subsolo em número adequado à área e características do terreno considerado; II - plano de implantação e operação do empreendimento;

CONSIDERANDO que, além disso, o dispositivo em voga dispõe que, na fase de Licença de Instalação, devem constar os seguintes documentos: I - projeto do empreendimento que deverá conter plantas, memoriais e documentos assinados por profissional habilitado; e II – projeto executivo contemplando as medidas de mitigação e de controle ambiental;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do mesmo artigo elenca diversos locais em que a instalação de cemitérios é proibida:

Art. 3º. § 1º. É proibida a instalação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente ou em outras que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de regeneração, em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas.

CONSIDERANDO que a área em questão, a princípio, viola o plano diretor do município de Rohedo/MS;

CONSIDERANDO que as questões técnicas elencadas no artigo supra, relacionadas à metragem mínima do fundo de sepultura, que devem ser aferidas no curso do licenciamento ambiental, merecem proteção por meio da tutela jurisdicional, uma vez que relacionam medidas preventivas essenciais para a higidez do solo e do lençol freático da região em que esses empreendimentos se encontram instalados;

CONSIDERANDO que, dessa forma, à luz das considerações acima, vislumbra-se, quanto à instalação e funcionamento de cemitérios, a verificação de sua regularidade está atrelada ao procedimento de licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que a exigência de prévio licenciamento ambiental constitui clara incidência do princípio da prevenção, segundo o qual uma vez que se saiba que uma dada atividade apresenta riscos de danos ao meio ambiente, tal atividade não poderá ser desenvolvida, haja vista que se ocorrer o dano efetivamente, é impossível repará-lo;

CONSIDERANDO que, no caso em tela, a atividade de sepultamento gera riscos de contaminação do solo, do ar e dos recursos hídricos pelo necrochorume e os gases originados da putrefação, especialmente diante da inexistência de certeza científica acerca da distância segura dos corpos d'água, superficiais e subterrâneos, e do nível inferior do jazigo em relação ao lençol freático, porventura existente no local, com riscos à saúde da população e ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que a instalação de um cemitério, conquanto seja um empreendimento de utilidade pública, pode ocasionar sérios danos ao meio ambiente, se não eficientemente gerido e administrado em estrita consonância com as cautelas ambientais;

CONSIDERANDO que, conforme laudo ambiental juntado pela parte denunciante, a área que será destinada a construção do cemitério, trata-se de área de afloramento de leçóis freáticos.

CONSIDERANDO ser imperioso que a parte recomendada regularize tal empreendimento, providenciando o seu licenciamento ambiental, com estudo técnico de viabilidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 23, inciso VI, da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”;



CONSIDERANDO que o artigo 38, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, autoriza o *Parquet* a expedir recomendações aos órgãos e entidades públicos, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

RESOLVE, por isso, RECOMENDAR, ao Exmo. Senhor Prefeito do Município de Rochedo/MS, que:

a) paralise imediatamente a instalação, construção, do referido empreendimento de cemitério na Fazenda Querubim, antes mesmo de que seja apresentado todos os documentos de licenciamento, estudo de viabilidade e plano diretor do município.

Espera o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL o pronto atendimento desta RECOMENDAÇÃO, por ser medida imprescindível à proteção do interesse público e patrimonial, bem como da ordem jurídica constitucional e democrática, cuja defesa incumbe a esta Instituição.

Desde já, cientifica-se que o não acatamento desta Recomendação poderá implicar na adoção, pelo Ministério Público, das medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da AÇÃO CIVIL PÚBLICA cabível, precipuamente para respeito às normas constitucionais (artigo 37, incisos II, V e IX, da Constituição Federal), sem prejuízo do ingresso com a respectiva ação de improbidade administrativa.

Cientifique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para conhecimento e cumprimento das providências, devendo comunicar, no prazo de 05 (dez) dias úteis, o acatamento ou não da presente recomendação.

Devem, ainda, ser adotadas as seguintes providências:

I-) Publique-se esta Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - DOMP.

II-) Dê-se ciência, para conhecimento, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual;

III-) Dê-se ciência à Câmara Municipal de Vereadores de Rochedo/MS;

IV-) Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias do Patrimônio Público e Social e do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural, consoante Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI) será realizada automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP;

V-) Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste Procedimento e retorne concluso;

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância das normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Rio Negro, 05 de abril de 2023.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça

**SIDROLÂNDIA**

EDITAL N° 003/2023/3ªPJ-SDN

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003358-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá em data unificada no ano de 2023.

Sidrolândia(MS), 10 de abril de 2023.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça